

A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

6

Américo Junior Nunes da Silva
Thiago Alves França
Tayron Sousa Amaral
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021



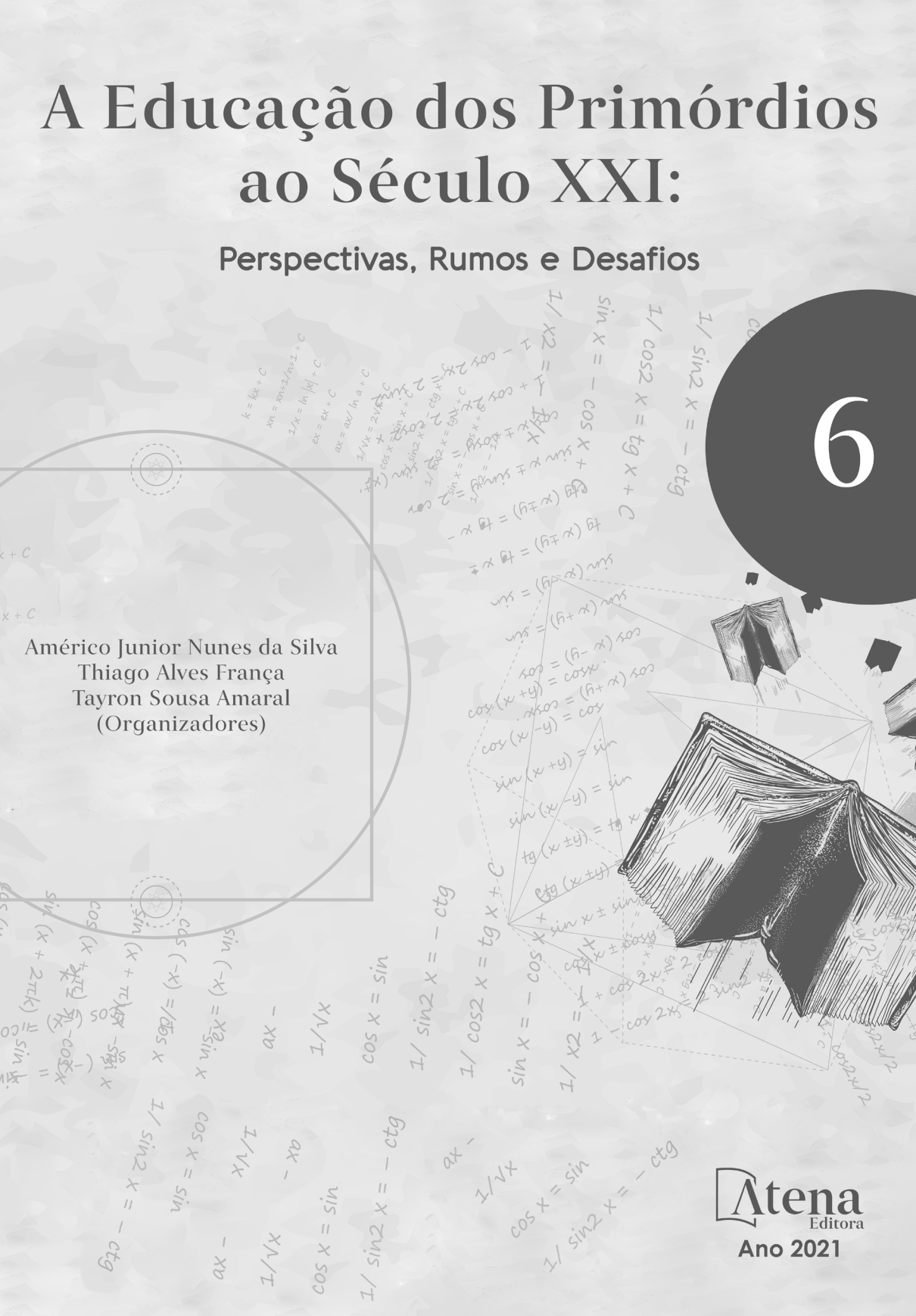
A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

6

Américo Junior Nunes da Silva
Thiago Alves França
Tayron Sousa Amaral
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Thiago Alves França
Tayron Sousa Amaral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios 6 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Thiago Alves França, Tayron Sousa Amaral. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-846-5

DOI 10.22533/at.ed.465210403

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. França, Thiago Alves (Organizador). III. Amaral, Tayron Sousa (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos e surpreendidas, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecido como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fez as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias de aproximação entre estudantes e profissionais da educação. E é a partir desse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os/as docentes pesquisadores/as e os/as demais autores/as tiveram seus escritos reunidos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala na mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*”, no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem de estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques à Educação, Ciências e Tecnologias, e os diminutos recursos destinados a essas esferas são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo Daniel Cara, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nessas condições de produção, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que se entrecruzam com o contexto educacional, e que geram implicações sobre ele. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, desafio este aceito por muitos/as professores/as pesquisadores/as brasileiros/as, como estes/as cujos escritos compõem esta obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que, historicamente, circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos ouvir e sermos ouvidos/as, criando canais de comunicação – como é, inclusive, este livro – que possam provocar aproximações entre a comunidade externa, de uma forma geral, e as diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

As discussões empreendidas neste volume de “***A Educação, dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios***”, por terem a Educação como foco, produzem um espaço oportuno de discussão sobre o campo educacional, mas também um espaço de repensar esse mesmo campo em relação à prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a constituem, inter cruzam e condicionam.

Este livro reúne um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países, e que tem a Educação como temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências e tecnologias, sexualidade,

ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

As autoras e os autores que constroem esta obra são estudantes, docentes pesquisadoras/pesquisadores, especialistas, mestres ou doutoras/doutores e que, partindo de sua práxis, buscam, com “novos” olhares, compreender as problemáticas cotidianas que as/os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria uma reação em cadeia, já que, pela mobilização das autoras e dos autores, pela reflexão das discussões por elas/eles empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as, incentivados/as a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nesse movimento, portanto, desejamos a todas e todos uma leitura produtiva, engajada e lúdica!

Américo Junior Nunes da Silva

Thiago Alves França

Tayron Sousa Amaral

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UM DEBATE SOBRE COTAS RACIAIS	
Alex Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4652104031	
CAPÍTULO 2	14
CORPO EDUCADO E SELECIONADO: GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE SUJEIÇÃO NO CONTEMPORÂNEO	
Iáscara Oara de Jesus	
Marlene Holdorf	
DOI 10.22533/at.ed.4652104032	
CAPÍTULO 3	23
O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA: O CASO DA ESPTN	
Teresa de Jesus Portelinha Almeida Patatas	
DOI 10.22533/at.ed.4652104033	
CAPÍTULO 4	35
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA (2012-2018)	
Débora Rodrigues Tolentino	
Gustavo Nunes Tasca Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.4652104034	
CAPÍTULO 5	46
BIOPODER E CIDADANIA DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR	
Luciana de Lima	
Robson Carlos Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.4652104035	
CAPÍTULO 6	58
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Evaneide de Brito Feitosa Aguiar	
Weimar Silva Castilho	
DOI 10.22533/at.ed.4652104036	
CAPÍTULO 7	71
ECOLOGIA E CRISTIANISMO: O CUIDADO DA CASA COMUM	
Severino Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4652104037	
CAPÍTULO 8	83
OS CONTOS CEDRAZIANOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O PROCESSO	

DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Priscila Raiane da Silva Barbosa

Mirtes Ribeiro de Lira

DOI 10.22533/at.ed.4652104038

CAPÍTULO 9..... 97

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES MIDIÁTICAS DE ESTUDANTES DE ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA E CASA FAMILIAR RURAL NO BIOMA AMAZÔNIA, BRASIL

Tércia Zavaglia Torres

Marcia Izabel Fugisawa Souza

Luiz Manoel Silva Cunha

Jaudete Daltio

João Alfredo Carvalho Mangabeira

DOI 10.22533/at.ed.4652104039

CAPÍTULO 10..... 127

JUVENTUDES E SOCIOEDUCAÇÃO: REPENSANDO OS PROCESSOS EDUCATIVOS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE CUIABÁ/MT

Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Elenice Maria Cammarosano Onofre

DOI 10.22533/at.ed.46521040310

CAPÍTULO 11..... 140

A CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE BOTÂNICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS, BRASIL

Nataniel Gomes Marin

Maria Gabriela da Silva Pulgarin

Arlington da Costa Maurício

Thaysa Nogueira de Moura

DOI 10.22533/at.ed.46521040311

CAPÍTULO 12..... 149

O PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO GUIA DE TURISMO

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Vinícius Marcelo Silva

DOI 10.22533/at.ed.46521040312

CAPÍTULO 13..... 156

PERFIL DO EGRESSO: IMPORTÂNCIA E CONSTRUÇÃO PARA UM CURSO DE ENGENHARIA

Carolina Castilho Garcia

Daiane Cristina Lenhard

Elciane Regina Zanatta

Fábio Avelino Bublitz Ferreira

Ilton José Baraldi

DOI 10.22533/at.ed.46521040313

CAPÍTULO 14.....	168
PERFIL DE INGRESSANTES EM ZOOTECNIA NO ESTADO DO MATO GROSSO EM 2019	
Vanessa Sobue Franzo	
Maria Fernanda Soares Queiroz Cerom	
Alexandra Pottenza Vidotti	
Clarissa Senhorino Teschke	
DOI 10.22533/at.ed.46521040314	
CAPÍTULO 15.....	176
A ARITMÉTICA NO ENSINO PRIMÁRIO DE BRASÍLIA: CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÕES DE IDEIAS ADVINDAS DO PABAE	
Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho	
Aparecida Rodrigues Silva Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.46521040315	
CAPÍTULO 16.....	189
A PRÁTICA DO LETRAMENTO ESTATÍSTICO NA PROEJA: OS JOGOS DIDÁTICOS COMO ESTRATÉGIAS DE ENSINO	
Islani Silva Maia	
Weimar Silva Castilho	
DOI 10.22533/at.ed.46521040316	
CAPÍTULO 17.....	205
DIFERENTES ABORDAGENS NO ENSINO DE FUNÇÕES	
Guimara Bulegon	
DOI 10.22533/at.ed.46521040317	
CAPÍTULO 18.....	219
O PENSAMENTO ESTATÍSTICO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA ARTICULANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA ELETRÔNICA COM A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DE PROJETOS DE PESQUISA	
Karine Machado Fraga de Melo	
Claudia Lisete Oliveira Groenwald	
DOI 10.22533/at.ed.46521040318	
CAPÍTULO 19.....	239
EDUCAÇÃO EM ÉPOCA DE COVID-19	
Jurutan Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46521040319	
SOBRE OS ORGANIZADORES	250
ÍNDICE REMISSIVO.....	252

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UM DEBATE SOBRE COTAS RACIAIS

Data de aceite: 01/03/2021

Alex Augusto de Souza

Mestre em Ciências Sociais: Universidade Estadual de Maringá - UEM
Maringá

RESUMO: O presente trabalho buscará refletir sobre as ações afirmativas em relação as cotas raciais na sociedade brasileira como uma forma de reparação ou mesmo tentar minimizar o grande mal causado aos negros no Brasil desde o início da colonização portuguesa. A abolição da escravatura em 1888, na verdade não representou nenhum laço de ruptura a exploração dos negros, que até hoje se veem vítimas das mais diversas formas de exclusão. Na década de 1930, a trajetória do negro no Brasil seria analisada pelo antropólogo e historiador Gilberto Freyre em seu livro “Casa Grande e Senzala”, de 1933, segundo o qual no Brasil não haveria preconceito e nem discriminação racial, mas sim uma sociedade miscigenada e com convívio harmonioso entre as diferentes “raças”, o que seria desconstruído pelo sociólogo Florestan Fernandes que analisa o chamado mito da democracia racial em seu livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, de 1965. Mesmo com o passar do tempo, os negros ainda buscam seu lugar na sociedade brasileira, algo que entre avanços e retrocessos parece difícil de se conseguir. A afirmação da identidade negra no Brasil atual através do sistema de cotas, por exemplo, ainda gera muita polêmica e discussões. A denominada

Lei de Cotas, n. 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. A atual realidade representa um avanço significativo, tendo em vista que busca garantir a igualdade de direito e a minimização das desigualdades raciais na educação superior, mas muito ainda precisa ser feito. Buscar analisar as reivindicações dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro no implante de políticas públicas afirmativas, é objetivo deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas afirmativas, Cotas, Identidade.

ABSTRACT: The present work will seek to reflect on affirmative actions in relation to racial quotas in Brazilian society as a form of reparation or even try to minimize the great harm caused to blacks in Brazil since the beginning of Portuguese colonization. The abolition of slavery in 1888, in fact, did not represent any rupture in the exploitation of blacks, who still see themselves as victims of the most diverse forms of exclusion. In the 1930s, the trajectory of blacks in Brazil would be analyzed by anthropologist and historian Gilberto Freyre in his book “Casa Grande e Senzala”, from 1933, according to which in Brazil there would be no prejudice or racial discrimination, but a mixed society and with harmonious coexistence between the different “races”, which would be relaxed by the sociologist Florestan Fernandes who analyzes the so-called myth of racial democracy in his 1965 book “The Integration of the Negro in Class Society”. Even

with the passage of time, blacks still seek their place in Brazilian society, something that between advances and setbacks seems difficult to achieve. The affirmation of black identity in Brazil today through the quota system, for example, still generates much controversy and discussions. The so-called Quota Law, n. 12,711 / 2012, sanctioned on August 29, 2012, provides for the reservation of places in federal institutions of higher education (IFES) to students from public schools, low-income, black, brown and indigenous people. The current reality represents a significant advance, considering that it seeks to guarantee equal rights and minimize racial inequalities in higher education, but much remains to be done. The aim of this work is to analyze the demands of social movements, especially the Black Movement in the implementation of affirmative public policies.

KEYWORDS: Affirmative policies, Quotas, Identity.

1 | INTRODUÇÃO

A história do negro na sociedade brasileira, vêm desde o período colonial sendo uma história de exclusão e discriminação. Motor que impulsionou a economia na colônia portuguesa, o negro nunca teve valor para o europeu, sendo tratado como uma mercadoria, uma coisa, um bicho..., mas nunca um ser humano com sentimentos.

O desrespeito a cultura africana, seus costumes e tradições foi uma constante, sendo que o verdadeiro “homem civilizado” era o europeu, aquele detentor da verdadeira cultura, do progresso, enfim, aquele que tinha o direito de dominar e impor seus costumes e tradições aqueles povos chamados por eles de atrasados.

A resistência se faria presente sim, e o negro adaptaria em sua nova forma de vida na América, suas culturas e tradições, principalmente nas formações das comunidades quilombolas. A cultura do negro em junção com a do indígena e a do próprio branco europeu, formou a cultura brasileira.

Durante os mais de 300 anos do período colonial e durante praticamente todo o Império, o negro foi a máquina da economia brasileira, seja num primeiro momento no açúcar, seguido do ouro e do café. A partir de 1870 o Movimento Abolicionista entrará na campanha pelo fim da escravidão, vindo esta a acontecer em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea.

Após a assinatura dessa lei, pergunta-se: o que mudou na vida desse povo? Seus direitos realmente foram reconhecidos? Eles passaram a ser tratados como seres humanos, dignos de respeito?

A resposta infelizmente é não, e até hoje o negro busca seu lugar na sociedade brasileira. Sua exclusão é gritante tanto no mundo do trabalho, quanto da educação. O surgimento do Movimento Negro, trará a luz as pautas desse povo e, a luta por conquistas de ações afirmativas para a população negra se fará presente na bandeira desse movimento.

Estamos em 2020, em pleno século XXI e infelizmente as lutas mais do que nunca devem prosseguir, ataques e retrocessos acabam por colocar em crise a própria democracia e o direito das minorias passam a ser atacados.

2 | UM POUCO DE HISTÓRIA

A história do povo negro no Brasil, tem ligação direta com a chegada dos portugueses em 1500 em nosso território. Inicialmente no engenho de açúcar, eles seriam a base da colonização. Podemos concluir que a história econômica colonial girou ao redor de três eixos: a dependência externa, o latifúndio e a escravidão, num primeiro momento a do indígena, mas já em seguida a dos negros africanos, como afirma Wehling:

A escravidão mais importante, entretanto, foi a dos africanos e seus descendentes. Milhões de escravos entraram no Brasil, até o século XIX, vindos da Guiné, Angola e Moçambique em três grandes levas, ou “ciclos”, de acordo com a procedência predominante: da Guiné no século XVI (entre 50 mil e 100 mil), de Angola no século XVII (cerca de 600 mil) e da Costa da Mina no século XVIII (cerca de 1,3 milhão). A imprecisão dos dados relativos ao tráfico legal e a simples estimativa para os números do contrabando impedem um censo inteiramente confiável: tais quantidades devem apontar apenas a dimensão e a tendência do tráfico e de suas correntes (WEHLING, 1999, p.99)

Após o penoso caminho que levavam para vir da África até à América portuguesa, uma vez aqui estabelecidos, eram obrigados a se desprender de todos os seus laços culturais. “As primeiras relações mais estáveis que um africano escravizado mantinha em sua nova situação eram com seus companheiros de sofrimento, nas caravanas, nos barracões, nos porões dos navios e depois nos lugares onde seria posto para trabalhar” (SOUZA, p.92)

Indo para as lavouras, indo para as cidades, como escravos domésticos, ou nas penosas minas do século XVIII nas Gerais, a vida dos negros se resumia a vigilância direta de seus senhores, o que não quer dizer que não houve resistência à escravidão, como explicitaremos logo mais.

Autores clássicos como Gilberto Freyre, salvo as críticas, é um dos primeiros pensadores a reconhecer a importância do negro na formação social e cultural do país, afirmando que todo brasileiro traz em seu sangue, um pouco do sangue do índio e do negro. “Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 1998, p.283).

E Freyre ainda conclui que a importância do negro na formação cultural brasileira foi ainda maior que a do indígena e do branco europeu:

Não nos interessa, senão indiretamente, neste ensaio, a importância do negro na vida estética, muito menos no puro progresso econômico, do Brasil. Devemos, entretanto, recordar que foi imensa. No litoral agrário, muito maior, ao nosso ver, que a do indígena. Maior, em certo sentido, que a do português (FREYRE, 1998, p.284).

Reconhecer a importância que tiveram na formação social e cultural do país, no

entanto, não apagam a dor e o sofrimento vivido pelos africanos no Brasil. Em 1627, o padre Andrés de Gouveia afirmava que o engenho de açúcar era um inferno e todos os seus donos seriam condenados. E isso era verdade, pois o dia-a-dia do negro nesses lugares lembrava mesmo a imagem que se tem do inferno, segundo a teologia cristã.

Para Ferlini (1984), o escravo negro representava na sociedade açucareira o status social. “O referencial da sociedade açucareira era o negro, era ele a moeda da obtenção de terras e poder. O número de escravos definia o status de um branco. Sem escravos, um que fosse, nenhum colono poderia realmente ser considerado um homem livre” (p.79).

3 | RESISTÊNCIA

Ao chegar à América, o negro se deparava com um mundo em que tudo lhe era estranho e hostil. Como já dito, seus laços culturais e relações familiares eram desfeitos – marido, mulher, pais e filhos eram separados e vendidos seguindo rumos diferentes e nada restava de suas comunidades de origem.

E de que modo resistiam esses homens e mulheres ao peso da escravidão? Não houve resistência a esses métodos tão cruéis?

Segundo Souza

Nem sempre os escravos, aceitaram se integrar à sociedade escravista brasileira, enquadrando-se em algum tipo de relação com seus senhores. Também foram várias as formas de resistir à escravidão que encontraram, seja negando-a totalmente pela fuga, seja negociando melhores condições de vida e de trabalho (SOUZA, 2014, p.97)

É fato que alguns aceitavam com resignação, essa nova forma de vida, outros se revoltavam reagindo com violência contra seus superiores, outros ainda entravam em depressão, conhecida como banzo e se suicidavam; mas as fugas eram ações coletivas e reafirmava os sentimentos de identidade étnica e cultural dos negros.

Por meio das fugas, os negros reconquistavam a liberdade e reconstruíam formas comunitárias semelhantes às da África, no interior das quais podiam preservar o que restava de sua cultura em comunidades chamadas quilombos, sendo o mais famoso deles o de Palmares, que ficava localizado na Serra da Barriga, no sul da antiga capitania de Pernambuco, no qual tinha como líder Zumbi, morto em 20 de novembro de 1695, se tornando um herói na luta pela autonomia dos negros.

Para Souza (2014) “Palmares e Zumbi se tornaram importantes símbolos da resistência contra a escravidão, sendo o exemplo mais espetacular de um tipo de ação largamente adotada pelos escravos por todo período escravista” (p.98).

Está mais que claro que a escravidão foi o grande pilar da economia brasileira no período colonial e também no Império. Geraldo e Tancredi (2012) ressaltam que “os primeiros negros escravizados chegaram ao Brasil provavelmente por volta de 1532 e continuaram a chegar até 1850, quando o tráfico negreiro foi abolido (...)” (p.62).

Os primeiros passos então para extinguir a escravidão vieram por meio da Lei Eusébio de Queirós em 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871 e a dos Sexagenários, em 1885, quando finalmente em 13 de maio de 1888, após intensa pressão dos abolicionistas, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil. Mas pouca coisa mudaria.

A liberdade garantida na lei era precária e problemática, sendo negado aos negros até o acesso a instrução primária. A nova situação acabou se mostrando extremamente perversa com os escravos libertos, que não conseguiram competir em igualdade de condições no mercado de trabalho, nem desempenhar funções que exigiam o mínimo de qualificação profissional, pois a maioria não sabia nem ler e nem escrever.

Com tantas dificuldades muitos ex-escravos optavam por permanecer junto de seus senhores, trabalhando em troca de um salário miserável. Outros partiam para as cidades, onde passaram a viver em moradias insalubres e a trabalhar em atividades como ambulantes, garrafeiros, pedreiros, carregadores, coletores de lixo, varredores de rua, etc.

Passados tantos anos, essa situação de desigualdade persiste até nossos dias, motivo pelo qual as lutas devem estar sempre nas pautas dos representantes dos negros, com grande destaque para o Movimento Negro, como poderemos observar adiante.

A luta do Movimento Negro na sociedade brasileira tem em pauta a trajetória de desigualdades sociais que este povo carrega desde o período colonial. O interesse de parte dos pensadores em querer interpretar nossa sociedade se dá principalmente em fins do século XIX e início do século XX e, o preconceito contra os negros era evidente entre esses pensadores que influenciados pelas discussões sociológicas que ocorriam em países europeus ou nos Estados Unidos, eles acreditavam que havia uma contradição entre o que a sociedade brasileira era de fato e aquilo que poderia vir a ser.

Um desses pensadores era o historiador e sociólogo Oliveira Vianna que em 1920 publicou *Populações meridionais do Brasil*, onde destaca a diferença entre o povo brasileiro e os demais. Empregando um forte tom positivista em seus estudos, Vianna tinha um preconceito muito grande com as raças consideradas “inferiores”.

Segundo Vianna (2005) “Quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior” (p.173).

Motivado por sua tese de que o Brasil teria sido formado por brancos, apesar da presença de índios, mestiços e negros, Vianna previa uma nação embranquecida, em razão da forte imigração europeia, que deveria “embranquecer” a nação.

Outra visão preconceituosa partiu do antropólogo e médico legalista Raimundo Nina Rodrigues, seguidor das teorias do médico italiano Cesare Lombroso, para qual a diferença entre uma pessoa honesta e uma criminosa estaria relacionada a aspectos físicos. Para Cleidiana Ramos (2014) “Nina via nos negros os traços físicos que davam uma predisposição para seguir o caminho do crime e até reivindicou que existissem dois

códigos penais: um para os negros e outro para os brancos”.

Também Caio Prado Júnior ao falar da vida social e política em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*, faz questão de ressaltar mesmo que implicitamente a superioridade do branco europeu em relação ao índio e o negro. Importante se faz a citação abaixo para percebermos isso.

[...] Observamos nos seus diferentes aspectos esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização reuniu aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíssem conforme as circunstâncias e as exigências daquela empresa, brancos europeus, negros africanos, indígenas do continente. Três raças e culturas largamente díspares, de que duas, semibárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, fornecerão o continente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência na colonização, sem que para isso se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para elas; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala (JÚNIOR, 1961, p.340).

Enfim, não é nosso objetivo aqui se ater aos pensadores que se propõem a estudar as relações sociais na primeira metade do século XX, mas apenas citar alguns para que possamos nos ater ao preconceito que estava arraigado até mesmo no campo das produções teóricas brasileira.

Não podemos deixar de retomar aqui porém o nome de Gilberto Freyre, que como já citamos é o primeiro a reconhecer a contribuição dos negros para a formação social e cultural do nosso país.

Mas vamos fazer aqui uma observação importante; seus estudos sobre a mestiçagem e sua visão sobre a convivência racial harmoniosa no Brasil, provocaram uma visão mais otimista da realidade brasileira: uma nacionalidade marcada pela miscigenação de três raças.

Essa perspectiva positiva de um comportamento racial tolerante, fortaleceu a crença de que no país não haveria preconceito nem discriminação racial, mas sim oportunidades econômicas e sociais equilibradas para as pessoas de diferentes grupos raciais e étnicos, passando a visão de uma verdadeira democracia racial.

Se faz importante lembrar que Gilberto Freyre escreve suas obras em um momento histórico no qual as teorias eugênicas alcançavam seu apogeu na Europa, com a ascensão do nazismo.

Logo iniciado a segunda metade do século XX, esse “mito” da democracia racial que trazia essa visão de convívio harmonioso entre as raças, seria desmistificada por Florestan Fernandes. Em *A integração do negro na sociedade de classes* de 1965, Fernandes analisa as particularidades do caso brasileiro, afirmando que essa “democracia” racial serviu para justificar a posição inferior do negro na sociedade brasileira.

Nunes afirma que:

No livro "A integração do negro na sociedade de classes", Florestan tenta reconstruir o drama que o negro vivera na difícil adaptabilidade aos moldes da sociedade de trabalho livre (nos anos que sucederam à abolição), fruto de um passado rústico e degradante social, cultural e oralmente. Para isso, ele utiliza-se de dados empíricos coletados em épocas distintas, muitas histórias de vida que são mostradas no decorrer de todo o livro. Seguindo sempre uma análise sobre as informações apresentadas, Florestan constrói uma argumentação bastante interessante porque, naquele momento utiliza-se de uma pluralidade metodológica, fato não corriqueiro para a época (NUNES,2008, p.248).

Ao longo dos anos 1960 e 1970, inspirados pelos estudos de Florestan Fernandes, o Movimento Negro brasileiro assumiu como bandeira política a luta contra a teoria da democracia racial, passado a fundamentar sua ação nas conclusões sociológicas de Fernandes sobre as condições de desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil.

Superado o final do século XX e iniciado o século XXI a posição de desvantagem econômica dos negros fica evidente quando vemos que entre a população pobre, os negros são muito superiores aos brancos. Quando consideremos que a população negra (pretos e pardos) constituem metade da população total do país, mas representam a grande maioria da população pobre, vemos a discrepância presente em nossa sociedade.

Ainda soma-se a isso o fato de que essa desvantagem ocorre em quase todas as esferas da vida social, abrangendo o acesso as oportunidades culturais, educacionais e de decisão política.

Santos afirma:

A população negra, por conta de todos os processos de marginalização empreendidos pelo Estado e por sua elite escravocrata e herdeira do escravismo, teve suas referências históricas, sua contribuição à construção da sociedade brasileira negada, alocando os piores lugares nos campos social, econômico e político, tendo consequências diretas no acesso às políticas públicas sociais (SANTOS, 2018, p.140)

Considerando essa situação opressiva com uma ausência quase completa do mínimo de seus direitos é que surgem a necessidade de ações afirmativas para a população negra para que progressivamente o verdadeiro reparo as relações que tiveram origem com a escravidão seja feito.

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Como fazer esse reparo as populações negras? Será mesmo que é possível o Estado fazer isso perante tantos anos de exclusão e sofrimento que esse povo viveu? Bem sabemos que nada apagará o passado colonial brasileiro, mas a título de reparação, o mínimo que o Estado pode fazer é oferecer políticas públicas de ações afirmativas para que isso possa começar a ocorrer e direitos legítimos seja oferecido aos negros no Brasil.

Para John Kingdon (1995) há um complexo em relação a implementação de políticas

públicas, sendo algo que não depende apenas das decisões finais com votos no legislativo, mas também envolve o fato que algumas questões e propostas são lançadas enquanto outras acabam por ficar de lado.

Para ele, a formulação de políticas públicas passará por um conjunto de processos, entre os quais “[...] o estabelecimento de uma agenda; a especificação de alternativas à partir dos quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas e a implementação dessa decisão” (p.221).

Fato que podemos tomar como verídico é que enquanto alguns assuntos são priorizados na agenda, outros são negligenciados, muitas vezes, aqueles que trazem em sua pauta o direito das minorias.

Celina Souza, ao citar Evans, Rueschmeyer e Skoopel:

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (EVANS, RUESCHMEYER, SKOOPEL, in: SOUZA, 2006, p.28).

5 | O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E AS LUTAS POR DIREITOS DAS MINORIAS

Dentro desse contexto o Movimento Negro surgiu no Brasil num período de repressão as liberdades democráticas, era fins dos anos 1970, onde entre 1978 e 1985 para sermos mais específicos, assistimos a uma reorganização dos movimentos sociais na luta pelos direitos e contra o governo militar, implantado em 1964. Foi nesse ambiente que iniciou-se em 1978 em São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

Afirmam Trapp e Silva (2010) que “esse movimento reunia em si e em sua denominação outros movimentos sociais negros e ou antirracismo. Mais tarde, denominado apenas Movimento Negro Unificado (MNU), será referência para a luta antirracista em todo o Brasil” (p.91).

Leitão e Silva (2017) afirmam que “é um período da lenta redemocratização, que oportunizou condições para o ressurgimento de demandas públicas da sociedade com relação a questões como desigualdade, gênero, raça, meio ambiente, moradia, saúde, educação popular, etc.” (p.322).

Dentro desse mesmo período, o bipartidarismo do regime militar abriu espaço para o surgimento de novos partidos políticos, principalmente os de esquerda ou populares, o que agradou os militantes da esquerda, muitos deles lideranças do próprio Movimento Negro, o que contribuiu para a luta na tentativa de implementação de suas pautas, pois foi a intervenção do movimento organizado e de intelectuais vinculados à temática, entre

os quais o já citado Florestan Fernandes, que levaram ao enfraquecimento da ideia de democracia racial.

Nesse contexto é que chamamos a atenção para a luta do Movimento Negro organizado e a conquista de direitos, por meio de políticas públicas de igualdade racial, o que não é tarefa fácil perante o discurso da burguesia que assevera que todos são iguais perante a lei.

Dentro dessa lógica afirma Santos:

É por isso que a escola e a educação foram elencadas como instrumentos fundamentais na inculcação da ideologia dominante e reprodução da força de trabalho. As determinações de classe, raça e gênero foram escamoteadas e em seus lugares foi colocada a política meritocrática e individualista do capitalismo liberal (SANTOS, 2018, p.142).

Adentrado o século XXI, as lutas prosseguem forte, com o fim da ditadura e a volta da democracia em 1985 é promulgada a Constituição de 1988 que visa promover o bem-estar de todos, mas tudo isso parece mesmo ter ficado somente na teoria, principalmente em relação aos negros quando o assunto é a igualdade.

Geraldo e Tancredi (2012) confirmam essa posição, quando afirmam: “Na realidade os negros continuam afastados do exercício de seus direitos civis, visto que não lhes era garantida vagas no mercado de trabalho nem a frequência a escolas de boa qualidade” (p.64).

É nesse sentido que a ação do Movimento Negro através de suas entidades vem carregando as marcas de uma perspectiva educacional aguçada nas suas diversas ações, projetos e propostas, sendo de importância essencial a atuação da militância e de acadêmicos e intelectuais ligados ao movimento.

A luta dos negros era importante pois, seus direitos básicos continuaram sendo negados em uma sociedade em que o racismo parece arraigado desde o período colonial e a falta de punição pela prática de atos racista ainda trazem uma piora para este cenário.

A educação continua sendo um dos campos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil. A articulação entre a educação escolar e os processos educativos que se dão fora da escola, nos movimentos sociais, nos processos políticos e nos grupos culturais se configura, atualmente, mais do que antes, como bandeira de luta dos setores considerados progressistas (GOMES, 2011, p.134).

Durante a década de 1990 as lutas do Movimento Negro prosseguiram e assistimos uma intensificação de políticas públicas de combate ao racismo e à promoção da igualdade racial. Mas foi a partir dos anos 2000, mais especificamente em 2003, no governo Lula, com a criação da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com parâmetro de ministério, que o governo intensifica suas medidas e institucionaliza a promoção das ações afirmativas e combate as práticas de racismo na sociedade brasileira.

Sobre a implantação do SEPIIR, relatou Santos (2018):

Nesse sentido, a criação da SEPIIR faz parte de um amplo debate e pressão dos movimentos negros no Brasil, além das ações do governo brasileiro em consonância com os acordos assinados na III Conferência de Combate Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as formas Correlatas de Discriminação ocorrida no ano de 2001 na cidade de Durban – África do Sul, a denominada Conferência de Durban (SANTOS, 2018, p.147).

Em 2010 é instituída a Lei nº 12.288 criando o Estatuto da Igualdade Racial, que busca efetivar a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação e demais formas de intolerância étnica.

Porém, a mais importante política para o acesso dos negros ao ensino superior foi a aprovação da Lei de Cotas, Lei 12.711/2012, que gera muitas polêmicas e debates.

Segundo Marques (2018) hodiernamente ainda permanecem algumas questões a serem respondidas em virtude das lacunas deixadas pela referida lei:

- Em que medida a implantação da Lei 12.711 ampliou o percentual de pretos e pardos nas IFES?
- A adoção do critério exclusivo de autodeclaração da raça contribuirá para a afirmação indenitárias, e em que medida existe o risco de ocorrerem fraudes?
- As instituições de ensino superior (IES) manterão critérios próprios e complementares à lei que favoreçam o acesso de minorias étnicorraciais?
- Que medidas serão adotadas pelo governo federal e pelas instituições para garantir a permanência material e simbólica dos cotistas?

São indagações nada exaustivas e muito pertinentes de serem respondidas para o atual momento que vivemos. Em relação ao alcance da lei, claro que temos que reconhecer como uma importante conquista do Movimento Negro mas que ainda falta muito por ser feito. Marques (2018) afirma que em 2010 “No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4%, pardos” (p.4).

As políticas de ações afirmativas estão contribuindo para a melhora ao acesso desses grupos no ensino superior, mas ainda há muito que ser feito. Quando falamos do critério de exclusividade de autodeclaração e o risco de fraudes, um fato recentíssimo chama a nossa atenção. Na segunda feira, 13 de julho de 2020, a Universidade de Brasília (UNB) decidiu expulsar 15 estudantes acusados de fraudar o sistema de cotas raciais para ter acesso ao ensino superior. Segundo o site G1 as investigações começaram em 2017, quando estudantes da UnB enviaram à reitoria uma lista de denúncias de supostas fraudes cometidas por cem alunos. Segundo a universidade, 73 foram descartadas já em uma apuração preliminar – seja porque tinham direito de fato às cotas raciais, ou porque não

tenham se beneficiado dessa reserva de vagas.

Infelizmente algo para inserir aqueles que realmente precisam dessas políticas a título de reparação ou compensação das desigualdades entre negros e brancos, acaba sendo atingido por essas iniciativas de má fé por parte de algumas pessoas. Mas isso também nos leva a refletir como as IES farão para garantir esse direito a quem realmente precise dele e critérios complementares é uma das iniciativas viáveis, o que não podemos jamais é partir para um retrocesso, o que infelizmente parece ser uma triste realidade do atual governo brasileiro, que vêm tratando a educação e as questões da minoria com uma falta de respeito e de dever perante as leis, que nos fazem estar atento a todo momento para que as conquistas não fiquem no passado.

Entre os estudantes que já conseguiram entrar nas IES pela Lei 12.711, alguns reconhecem mudanças significativas enquanto que outros pouco a percebem.

Geraldo e Tancredi (2012) entrevistaram alguns estudantes que logo no início da lei já puderam usufruir de seu benefício. Na pesquisa feita pelos autores chegaram à conclusão que “Os dados revelaram que os pais dos entrevistados tinham nível de escolaridade relativamente baixo e as profissões, em sua maioria, se localizavam no setor primário. Eram, assim, famílias das camadas populares” (p.68).

Ainda concluíram que os entrevistados haviam frequentado escolas públicas e particulares, revelando uma transição entre elas, mas com maior tempo de permanência nas instituições públicas; apenas um frequentou unicamente escolas públicas.

A questão é que muita coisa ainda deve ser feita para que a verdadeira reparação a toda discriminação sofrida pelos povos negros seja feita de fato; políticas de ações afirmativas para que isso aconteça é apenas o passo inicial para a verdadeira transformação que nossa sociedade espera.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas que busquem o reconhecimento da igualdade ganhou novos contornos na sociedade brasileira com o surgimento do Movimento Negro a partir dos fins da década de 1970. Com uma pauta voltada as lutas pelo reconhecimento da “existência” do povo negro no território brasileiro e pela reparação a todo mal causado a eles desde o período colonial, a luta do movimento é constante, as transformações muitas vezes são lentas, mas enfim, há uma voz para que elas aconteçam.

O quadro de exclusão social que vive o negro na sociedade brasileira insiste em persistir e mudanças que visem melhorar essa situação não acontece de maneira rápida, pelo contrário, é uma lentidão imensa. Quando passamos a analisar o caso de quem pode ou não ter acesso as universidades, circunscreve quem pode e não ingressar nesta na disposição dualista: mérito e concessão, por isso, a defesa insincera da igualdade de oportunidades associada à imparcialidade e àquilo que seria justo, serve a um objetivo

apologético, pois, ao se eliminar a verdadeira igualdade, do rol das aspirações legítimas, as hierarquias estruturais do sistema dominante são reforçadas e se tornam provedoras indispensáveis das vagas oportunidades prometidas e, ao mesmo tempo, são aclamadas por sua imparcialidade.

Aparentemente participar da política de cotas parece ser uma grande conquista para o negro na sociedade brasileira, mas não nos enganemos, ainda há muito por ser feito. Apesar das lutas, o mito da democracia racial ainda se impõe no Brasil o que traz grandes dificuldades enfrentadas pela população negra. Aqui estamos falando do acesso ao ensino superior, mas essas dificuldades acontecem em todas as áreas, onde a desvantagem dos negros em relação aos brancos, infelizmente é uma constante.

Apesar de muito ainda precisar ser feito, as políticas afirmativas vieram com o objetivo de contribuir para mudar o espaço universitário, com a inclusão da diversidade e a busca da democratização da universidade no Brasil. Afirma Lima (2011) “Observa-se que o exercício da educação superior somente alcançará uma dimensão humanizadora, democrática e universal quando não se limitar à medidas paliativas, que se preocupam muito mais em esvaziar as vozes do que promover uma transformação social verdadeiramente qualitativa”(p.168).

Vivemos momentos de esfacelamento da atual democracia, em que conquistas efetivadas após muitas lutas podem correr riscos de retrocesso, o que jamais poderíamos nos silenciar, como já dissemos. As lutas do Movimento Negro por uma sociedade mais justa e igualitária, que promova a verdadeira justiça e equidade devem estar na pauta dos movimentos sociais atuais.

REFERÊNCIAS

FERLINI, Vera Lúcia do A. **A Civilização do Açúcar: Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GERALDO, Aparecida das G.; TANCREDI, Regina Maria S.P. **Políticas de Ações Afirmativas: uma breve análise do programa de cotas**. Revista Exitus, Belém, Volume 2, nº2, jul./dez. 2012.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis: Volume 10, nº 18, abril 2011.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

KINGDON, John. **Como Chega a Hora de uma Ideia? Juntando as Coisas**. In: KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers, 1995.

LEITÃO, Leonardo R.S.; SILVA, Marcelo K. **Institucionalização e Contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970 – 1990)**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis: Volume 16, nº 37, set./dez. 2017.

LIMA, Paulo G. **A Universidade do Brasil e Políticas de Ações Afirmativas**. Revista Histedbr, Campinas: Nº44, dez.2011.

MARQUES, Eugênia Portela de S. **O Acesso à Educação Superior e o Fortalecimento da Identidade Negra**. Revista Brasileira de Educação, Dourados: Volume 23, e 230098, 2018.

NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de A. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes- uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção**. Revista Cronos, Natal: Volume 9, nº 1, jan./jun. 2008.

RAMOS, Cleidiana. **Das Teorias de Nina Rodrigues à Barbárie contra Claudia da Silva Ferreira**. Publicado em 19/03/2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/das-teorias-de-nina-rodrigues-a-barbarie-contra-claudia-da-silva-ferreira>

SANTOS, Rosenverck E. **O Movimento Negro e a Luta pelas Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil**. Revista Kwanissa, São Luís: Volume 1, nº 1, jan./jun.2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

SOUZA, Marina de M. **África e Brasil Africano**. 1ªed. São Paulo: Ática, 2014.

TRAPP, Rafael P.; SILVA, Mozart L. **Movimento Negro no Brasil Contemporâneo: estratégias identitárias e ação política**. Revista Jovem Pesquisador, Santa Cruz do Sul: Volume 1, 2010.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C.M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 112, 117, 120, 121, 122, 124, 125, 141, 144, 172

Apropriação 85, 89, 111, 176, 177, 186, 235

Aritmética 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 236

B

Brasília 10, 13, 44, 45, 68, 69, 95, 122, 123, 124, 147, 158, 166, 167, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 202, 237, 250

C

Cidadania 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 91, 105, 110, 122, 123, 124, 128, 137, 191, 193, 220

Ciências agrárias 38, 168, 169, 173

Circulação 20, 151, 176, 177, 179

Competências 28, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 189, 190, 196, 201, 202, 229

Contexto social 46, 52, 83, 84, 88, 90, 92, 94, 193

Contextualização 89, 90, 91, 140, 141, 142, 146, 197, 236

Contos maravilhosos 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 95

Cotas 1, 10, 12, 170, 171, 175

Covid 19 239

Criação 9, 10, 16, 28, 36, 55, 63, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 105, 107, 134, 146, 156, 163, 164, 166, 192, 193, 197, 199, 200, 225, 227, 228

Cuidado 20, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 183

D

Desenvolvimento 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 44, 48, 52, 55, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 76, 77, 80, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 112, 113, 117, 120, 122, 127, 131, 138, 150, 157, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174, 182, 185, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 206, 209, 211, 212, 214, 219, 220, 221, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 250, 251

Docência 29, 48, 52, 57, 181, 205, 217, 250

E

Ecologia 35, 71, 73, 78, 81, 82

Educação 1, 2, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 30, 33, 35, 37, 44, 46, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 83, 84, 89, 90, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 135, 137, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 163, 166, 167, 168, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 205, 206, 217, 219, 220, 221, 224, 226, 229, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 248, 249, 250

Educação do campo 97, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 109, 122, 123, 124, 125, 126

Educação em Engenharia 156

Educação e socioeducação 127

Educação integrada 149, 152, 153, 154

Educação não-formal 97, 99, 101, 122

Educação superior 1, 12, 13, 35, 44, 157, 166, 167, 175

Educação universitária 46

Ensino 1, 10, 12, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 71, 74, 82, 83, 84, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 126, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 247, 248, 249, 250

Ensino e pesquisa 35

Ensino fundamental 108, 109, 112, 147, 148, 218, 219, 226, 229, 230, 233, 235, 236, 237

Ensino médio 107, 108, 112, 141, 142, 143, 146, 190, 202, 205, 227, 228, 229, 236, 237, 247

Ensino primário 176, 180, 181, 187

Ensino superior angolano 23, 24, 27, 28

Escolha profissional 169

Estratégias de ensino 189, 190, 191, 193

G

Gênero 8, 9, 84, 86, 87, 88, 106, 239, 241, 242, 247, 248

Governamentalidade 46, 50

Governança dos corpos 14

Graduação 35, 36, 37, 38, 39, 43, 47, 48, 52, 69, 143, 144, 154, 157, 159, 162, 164, 165,

167, 169, 171, 172, 174, 175, 185, 205, 219, 226, 237, 250

Guia de turismo 149, 150, 151, 152, 153, 154

H

História da educação inclusiva 58

I

Identidade 1, 4, 13, 84, 85, 88, 89, 90, 94, 111, 131, 137, 138, 139, 150, 210, 242, 247

Inclusão das pessoas com necessidades educativas 58

Inclusão geodigital 97, 99, 100, 101, 110

Iniciação científica 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 251

Inter-relação 71, 76, 127, 129

J

Jogos 15, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 203, 215

Jovens em privação de liberdade 127

L

Letramento estatístico 189, 191, 195, 203

M

Matemática 17, 147, 180, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 215, 217, 218, 219, 220, 226, 228, 229, 230, 236, 237, 238, 250

Mercado de consumo 14

Metodologias 59, 159, 162, 180, 190, 205, 206, 208, 215, 216, 217, 229

N

Namibe 23, 24, 29, 30, 32, 33

O

Omnilateralidade 149, 151

P

Patrimônio cultural 149, 150, 151, 152, 153, 154

Pedagogia da alternância 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 123, 126

Pensamento estatístico 191, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Planejamento escolar 156, 206

Poder político 46

Política pública inclusiva 58

Políticas afirmativas 1, 12, 170

Processos educativos 9, 127, 128, 129, 132, 134, 137

Produção cedraziana 83, 86, 87, 91, 92

Proeja 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202

Profissão 52, 165, 168, 169, 241

Programas de medidas socioeducativas 127

Projetos de pesquisa 37, 38, 219, 220, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 237

R

Raça 5, 8, 9, 10, 168, 171, 174, 239, 241, 248

Redes sociais 46, 51, 118, 119, 120, 123, 124, 160, 161, 163, 175

Relação universidades-empresas 23

Religião 71, 73, 74, 81, 82

S

Sequência didática eletrônica 219, 221, 226, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Sexo 239, 247

T

Trabalho 1, 2, 4, 5, 7, 9, 22, 26, 31, 32, 35, 39, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 78, 85, 89, 91, 94, 100, 103, 104, 105, 128, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 143, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 175, 182, 185, 191, 202, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 225, 226, 229, 230, 232, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 247, 248


U

Universidade 1, 10, 12, 13, 14, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 37, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 71, 81, 83, 84, 95, 107, 123, 124, 125, 127, 140, 147, 156, 158, 159, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 203, 219, 226, 237, 250

A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

6

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

6

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

